



O que está sendo feito?

1. PGR defende gestão coordenada de medidas de combate à pandemia



A gestão coordenada das medidas de enfrentamento da epidemia de covid-19 que demandam atuação linear em todo o território nacional deve ser realizada pelo ente central, no Ministério da Saúde, por meio da direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS). A partir desse entendimento, o procurador-geral da República, Augusto Aras, manifestou-se contra pedido de

suspensão de segurança formulado pelo Estado do Piauí, que pleiteia sustar efeitos de decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) e reaver ventiladores pulmonares comprados de empresa que também fornece o material para o SUS.

Para o procurador-geral, a distribuição de equipamentos deve ser coordenada nacionalmente, para garantir tratamento igualitário a todos os entes da Federação, evitando ou mitigando a falha de mercado. “A escassez de determinados bens, a exemplo de respiradores pulmonares, demanda que a utilização da requisição administrativa prevista na Lei 13.979/2020 seja feita de forma estratégica, orientada pela direção nacional do Sistema Único de Saúde (Ministério da Saúde)”, explica Aras. [Leia mais.](#)

2. Ministério da Saúde passa a exigir informações sobre ocupação de leitos também na rede particular

Após recomendação feita pelo Ministério Público Federal (MPF), o Ministério da Saúde (MS) publicou a Portaria n. 2.181, de 19 de agosto de 2020, que revoga a Portaria n. 758, de 9 de abril de 2020, e passa a exigir o registro obrigatório de todas internações hospitalares nos estabelecimentos de saúde



públicos e privados, independentemente da prestação de serviços pelo SUS, em todo o território nacional, durante a pandemia de covid-19.

O registro obrigatório deve ser feito diariamente, mediante a transmissão de informações em sistema disponibilizado no endereço eletrônico notifica.saude.gov.br. Os estabelecimentos da rede SUS que não realizarem o registro obrigatório todos os dias terão, até a sua regularização, suspensos os seus pedidos de habilitação de leitos de UTI. [Leia mais.](#)

3. MPT viabiliza a entrega de mais de 2,9 milhões de EPIs e 40 monitores para Acre e Rondônia

O Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos (Unops) finalizou, nesta semana, a entrega de 40 monitores multiparâmetro e de mais de 2,9 milhões de unidades de equipamentos de proteção individual (EPIs) para profissionais de saúde nos estados de Rondônia e do Acre. A compra foi realizada com recursos do projeto de conversão de multas destinadas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em Rondônia e Acre e aplicadas pela Justiça do Trabalho da região. Os valores decorrentes de condenações em ações civis públicas e em termos de ajuste de conduta foram direcionados para a compra dos itens e insumos indicados pelas Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais. A aquisição foi possível com o apoio do Unops. [Leia mais.](#)

4. Justiça determina que Estado do Tocantins divulgue informações completas sobre a pandemia

A Justiça acolheu pedidos do Ministério Público do Tocantins (MPTO) e da Defensoria Pública do Estado (MPTO) e determinou que o Estado do Tocantins disponibilize ao público, em site da internet, informações completas e atualizadas referentes à covid-19. A decisão determina a publicação de dados sobre o número de leitos disponíveis em cada unidade hospitalar da rede pública de saúde do Tocantins, especificando leitos clínicos, semi-intensivos e de UTI adulto e pediátrico, com a taxa de ocupação para os tipos de internação covid-19 ou internação ordinária. Também devem ser divulgados o número de leitos disponíveis para paciente da rede pública nos hospitais privados; o número de respiradores por cidade e a respectiva taxa de ocupação; o número acumulado de pacientes confirmados por data de



notificação; o número de altas hospitalares de pacientes suspeitos e confirmados para covid-19; o total de pacientes confirmados, suspeitos, em recuperação e óbitos por covid-19, além dos óbitos sob investigação. [Leia mais](#).

5. MPT-GO entrega mais cestas básica e kits de higiene a entidades de assistência social

O Ministério Público do Trabalho em Goiás (MPT-GO) entregou, nesta semana, [550 cestas básicas e 550 kits de higiene pessoal](#) para a Associação Pestalozzi de Goiânia (APG). A instituição, com três unidades na capital, desenvolve ações de assistência social voltadas para pessoas com deficiência e em situação de risco. Os itens entregues ajudarão a diminuir os efeitos financeiros causados pelo novo coronavírus, assim como prevenir o contágio. Também nesta semana, foram entregues cestas básicas no município de [Mineiros](#), no sudoeste goiano, para alunos de escolas municipais e para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) da cidade. A destinação dos itens faz parte de uma iniciativa do MPT-GO chamada “MPT em Ação: Educação, Cidadania e Trabalho”.